



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA
EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E INTERDISCIPLINARES

Rosália Maria Nunes da Silva

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE NO
MUNICÍPIO DE PRINCESA ISABEL PB:

Estudo de caso da escola Acadêmico José Severiano Diniz

PRINCESA ISABEL - PB
2014

ROSÁLIA MARIA NUNES DA SILVA

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE NO
MUNICÍPIO DE PRINCESA ISABEL PB:
Estudo de caso da escola Acadêmico José Severiano Diniz

Monografia apresentada à Coordenação do curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado de Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador:

Professor Ms. Jurani Oliveira Clementino

PRINCESA ISABEL – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586p Silva, Rosália Maria Nunes da
Política de Educação do campo e a realidade no Município de Princesa Isabel PB [manuscrito] : estudo de caso da escola Acadêmico José Severiano Diniz / Rosália Maria Nunes Da Silva. - 2014.
40 p. : il. color.

Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Jurani Oliveira Clementino, Departamento de Comunicação Social".

1. Política de Educação do Campo. 2. Grupos Sociais. 3. Comunidade Rural. I. Título.

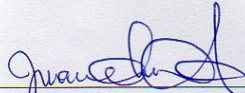
21. ed. CDD 370

ROSÁLIA MARIA NUNES DA SILVA

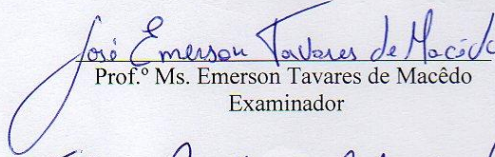
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE NO MUNICÍPIO DE
PRINCESA ISABEL PB: Estudo de caso da escola Acadêmico José Severiano Diniz

Monografia apresentada ao curso de
Especialização Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da
Universidade Estadual da Paraíba em
convênio com a Secretaria de Educação
Estado da Paraíba em cumprimento à
exigência para obtenção do grau de
especialista.

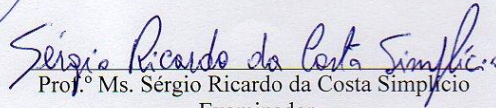
Aprovada em 26 de julho de 2014



Prof.º Ms. Jurani Oliveira Clementino
Orientador



Prof.º Ms. Emerson Tavares de Macêdo
Examinador



Prof.º Ms. Sérgio Ricardo da Costa Simplicio
Examinador

A todos que lutam em prol do desenvolvimento dos povos do campo e buscam a sustentabilidade no meio rural.
DEDICO

AGRADECIMENTOS

Ao Deus onipotente, em toda sua dimensão que sempre me deu força e coragem para prosseguir nesta jornada.

A minha família, especialmente, aos meus pais por terem me ensinado a nunca desistir dos meus sonhos e ser a pessoa que sou hoje. Ao meu esposo Aloísio pelo apoio e dedicação. Aos meus filhos: Fábio, Júnior, Sheila e Lucas. E as minhas netas Anatane e Maria Fernanda por serem a razão de superação de todos os meus obstáculos.

A todos os professores que ministraram disciplinas durante o curso e despertaram em mim um desejo de construir novos saberes.

Ao meu orientador Jurani Clementino pela orientação, respeito e paciência essenciais na realização deste trabalho.

Aos membros da banca pela disponibilidade em participar da construção e melhoria desse trabalho.

Aos colegas de curso por todas as experiências positivas compartilhadas.

A Todos da Comunidade rural Lagoa de São João, especialmente aos que fazem a comunidade escolar Acadêmico José Severiano Diniz pela disponibilidade para participar da pesquisa

A todos que de maneira direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho. Muito obrigada

Na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente a ligação entre a terra da qual todos nós, direta ou indiretamente, extraímos nossa subsistência, e as realizações da sociedade humana. (Williams Raymond , 1989).

RESUMO

O presente trabalho é resultado de um estudo sobre a modalidade de educação do campo. Identificando seus avanços e perspectivas. Procuramos conhecer as políticas de educação no campo no âmbito Nacional e no estado da Paraíba; Investigamos aplicação da educação do campo no município de Princesa Isabel – PB e na escola Acadêmico José Severiano Diniz na comunidade rural de Lagoa de São João. A metodologia utilizada para realização do presente trabalho foi à pesquisa exploratória por meio de uma pesquisa bibliográfica com consulta a documentos oficiais como a Constituição Federal (CF), Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, (CNE/CEB/ 2002 e 2008), o Decreto 7352 /2010. Além de autores que versam sobre o tema com um estudo voltado ao campo do Semi-árido Nordeste procuramos conhecer sobre a realidade da educação no campo. Os resultados mostram que os avanços na legislação para uma organização da educação no campo é resultado de lutas dos grupos sociais. A escola do campo Acadêmico Severiano Diniz no município de Princesa Isabel, possui um planejamento pedagógico que atende as determinações das Diretrizes da educação do Campo, no que concerne à organização de atividades que valorizam a cultura local.

PALAVRAS CHAVES: Comunidade rural. Grupos sociais. Política de Educação do Campo.

ABSTRACT

This work is the result of a study on the type of field education. Identifying your progress and perspectives. We seek to know the policies in the field of education at the National level and the State of Paraíba; We investigate the application of the field of education in the municipality of Princess Elizabeth -. Academic PB and José Severiano Diniz school in the rural community of Lake St. John The methodology for conducting the present study was exploratory research through a literature search with the query official documents such as the Federal Constitution (FC), Operational Guidelines for Rural Education (CNE / CEB / 2002 and 2008), Decree 7352/2010. Besides authors that deal with the issue with a study related to the field of Semi-arid Northeastern seek to know about the reality of education in the field. The results show that advances in legislation for an organization in the field of education is the result of struggles of social groups. The field school Academic Severiano Diniz in the municipality of Princess Isabel, has an educational plan that meets the provisions of the Guidelines of the field of education, regarding the organization of activities that value the local culture.

KEYWORDS: rural community. Social Groups. Policy of Rural Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1- Mapa de localização do município de Princesa Isabel no estado da Paraíba	27
Ilustração 2- Quadro do censo escolar do município de Princesa Isabel, 2013.....	28
Ilustração 3- Quadro demonstrativo do corpo discente da Escola Municipal Acadêmico José Severiano Diniz	30

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I- RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: seus avanços e perspectivas	13
1.1 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DE TURMAS NA EDUCAÇÃO NO CAMPO	17
1.1.1 Turma multisseriada	17
1.1.2 Escolas nucleadas.....	17
1.1.3 Escolas Itinerantes.....	18
CAPÍTULO II- A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ÂMBITO NACIONAL E NO ESTADO DA PARAÍBA	20
2.1 REALIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM ÂMBITO NACIONAL	21
2.2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DA PARAÍBA	24
CAPÍTULO III- RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
3.1 A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PRINCESA ISABEL	27
3.1.1 Campo para a pesquisa	29
3.1.2 Caracterização da escola do campo, Acadêmico José Severiano Diniz na comunidade rural de Lagoa de São João	30
CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS	33
ANEXO 1: Carta compromisso firmado no Seminário regional da educação do campo Princesa Isabel- PB 04 de outubro de 2013	37
ANEXO 2: Fotos de atividades desenvolvidas no Projeto realizado pela comunidade escolar em parceria com outras Instituições (SEBRAE, EMATER, IFPB) educando para a prática sustentável na agricultura e valorização da cultura local.	39
ANEXO 3: Fotos da vista externa e interna de uma sala de aula da Escola Municipal Acadêmico José Severiano Diniz	40

INTRODUÇÃO

Fatos marcantes na História do Brasil comprovam que esse país teve sua origem eminentemente agrária. No entanto, ao longo da história os resultados do censo do IBGE mostram um esvaziamento na área rural. Apesar da diminuição na densidade populacional rural os índices de analfabetismo no Brasil apresentam grande disparidade entre a população rural e a urbana.

A educação no campo deve lançar um olhar além da escola, deve adotar metodologias que possam enriquecer a produção do conhecimento introduzindo novas técnicas, respeitando os vários saberes acumulados ao longo das gerações, proporcionando a melhoria da prática do camponês, a garantia do direito à terra, ao trabalho, à justiça social.

Partindo dessa premissa, o presente trabalho é resultado de uma pesquisa exploratória que teve como objetivo estudar sobre a modalidade de educação do campo, seus avanços e perspectivas. Procurou conhecer as políticas de educação no campo no âmbito nacional e no estado da Paraíba; Avaliar a aplicação da educação do campo no município de Princesa Isabel – PB e Caracterizar a escola do campo, Acadêmico José Severiano Diniz na comunidade rural de Lagoa de São João.

A presente pesquisa apoiou-se no método dedutivo. De acordo com Gil, (2012, p.9) “o método dedutivo, parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, em virtude de sua lógica”.

Assim, a presente pesquisa procurou conhecer sobre a realidade da educação no campo por meio de uma pesquisa bibliográfica com consulta a documentos oficiais como a Constituição Federal (CF), Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, (CNE/CEB/2002 e 2008), o Decreto 7352 /2010. Além de autores que versam sobre o tema com um estudo voltado ao campo do Semi-árido Nordeste.

Posteriormente por meio de pesquisa documental na Secretaria de Educação do município de Princesa Isabel verificou-se como ocorre o acesso a educação no campo no referido município. Ao mesmo tempo, com o objetivo de gerar informações a partir da interação entre pesquisador e pesquisado realizou-se visita *in loco* a escola Acadêmico José Severiano Diniz na comunidade rural de Lagoa de São João. Procurando caracterizar a referida escola. A coleta de dados para a presente pesquisa foi por meio de entrevista não diretiva com a diretora da escola. A pesquisa aconteceu no mês de maio de 2014.

A partir da contribuição dos pontos descritos acima foi possível analisar de maneira qualitativamente os avanços na política de educação do campo e conhecer a realidade no município de Princesa Isabel- PB.

Trata-se de uma pesquisa relevante, pois, poderá enriquecer a produção do conhecimento e melhoria nas práticas educativas na escola do campo. Esse estudo também possibilitará novas pesquisas de cunho acadêmico e poderá servir de embasamento para a tomada de decisão por parte dos administradores para a prática de políticas públicas voltadas para a melhoria no atendimento às necessidades dos alunos do campo.

Para um melhor entendimento a estrutura do trabalho foi organizada em capítulos. Inicialmente no 1º capítulo apresenta-se uma retrospectiva histórica da educação do campo: seus avanços e perspectivas e suas formas de organização de turmas.

No 2º capítulo apresenta-se A política de educação do campo no âmbito Nacional e no estado da Paraíba Com ênfase a luta dos movimentos sociais para a implantação de políticas públicas que fortalecem a educação do campo com uma gama de oportunidades para o ingresso ao ensino superior nas áreas acadêmicas inerentes a agropecuária e o desenvolvimento sustentável.

No capítulo III abordaremos sobre a educação no município de Princesa Isabel, e a realidade da educação do campo a partir de uma pesquisa na escola Acadêmico José Severiano Diniz. Localizada na comunidade rural Lagoa de São João. Que tem sua prática pedagógica voltada para a atividade econômica da comunidade

CAPÍTULO I- RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: seus avanços e perspectivas.

No presente capítulo apresentam-se os resultados da pesquisa bibliográfica que serviram de subsídio para o entendimento dos eixos teóricos considerados fundamentais para a investigação do objeto de estudo da presente pesquisa: a educação no campo, abordando a política de educação no campo no âmbito nacional e no estado da Paraíba. E as lutas e movimentos sociais em prol da educação do campo.

Os autores destacados e suas respectivas contribuições serviram de base para a leitura e análise e compreensão dos dados obtidos com a pesquisa empírica

A educação é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal vigente, essa, deve acontecer de maneira igualitária a todos. Fatos marcantes na História do Brasil comprovam que esse país teve sua origem eminentemente agrária. No entanto, ao longo da história os resultados do censo do IBGE mostram um esvaziamento na área rural. “A década de 50 é considerada o ponto inicial do êxodo rural brasileiro” (CAMARANO, 2000, p. 15-24). A contagem populacional do censo de 2010 mostra que 86,91% da população estão localizadas nas cidades e 13,09% no campo.

Mesmo com a redução na densidade populacional rural o índice de analfabetismo registrado pelo IBGE em 2010 para a população urbana é de 7,3% enquanto no campo é de 23,3%. Resultado talvez, da demora para a implantação de políticas públicas eficientes para atender as necessidades da população rural que também enfrenta dificuldades naturais.

De acordo com Oliveira, (2010). Desde o início da década de 1980 foi se afirmando na sociedade brasileira o reconhecimento da educação como direito de todos e todas, e um dever do Estado. Foi assim que os movimentos estudantis saíram às praças e ruas se mobilizando pelo direito à escolarização. O movimento docente e o movimento pedagógico progressista foram protagonistas do avanço da consciência da educação como direito. Entretanto, esse grito não chegou ao campo. Os homens e as mulheres, as crianças, os adolescentes e jovens do campo não estavam excluídos desse grito, porém não foram incluídos nele com sua especificidade.

De acordo com (BRASIL, 2007, p.11)

A separação entre a educação das elites e a das classes populares não só perdurou como foi explicitada nas Leis Orgânicas da Educação Nacional, promulgadas a partir de 1942. De acordo com essas Leis, o objetivo do ensino secundário e normal seria “formar as elites condutoras do país” e o do ensino profissional seria oferecer

“formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho

“Por isso, podemos afirmar que a luta pela escola no e do campo foi secundarizada pelos movimentos sociais rurais até os anos 1990.” Arroyo, Caldart e Molina (2004) *apud* (OLIVEIRA, 2010, p. 18). Sendo registrados avanços a partir daí com a mobilização de grupos sociais que reivindicam, sobretudo, minimizar o tratamento discriminatório que a população do campo era vítima

Sobretudo a partir das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, a concepção de uma educação que respeite e valorize a especificidade do campo vem ganhando força. Esta concepção atual de educação do campo não associa a educação apenas ao espaço geográfico, mas aos sujeitos a quem ela se destina. Dessa forma, a educação do campo tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa, ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. Ou seja, mais do que um perímetro não-urbano, o campo é definido como um espaço de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (PARAÍBA, p.87)

“Seja no campo, seja na cidade, as crianças têm o direito de acesso à escrita, que se configura como um instrumento cultural construído pela humanidade, que medeia muitas relações sociais e possibilita o acesso a práticas sociais variadas” (SILVA, 2012 p,1).

Entende-se por população do campo:

Os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010, art 1º § 1º)

O modelo de desenvolvimento subordina o campo à cidade e aprofunda as desigualdades entre os sujeitos que residem em áreas urbanas e rurais no que diz respeito ao cumprimento de seus direitos. De acordo com Soares et al (2009. p, 22), “história sobre o campo há muitas, já sobre a educação do campo, o poder público. Ao longo da história da educação, consagrou apenas uma: negar a diversidade e organizar-se precariamente como um prolongamento do atendimento escolar urbano”. A educação do campo não considera as características rurais, tende a aprofundar a desigualdade por transmitir intrinsecamente a ideia de que bom é estar na cidade.

Souza, (2012 p.59) destaca que a emergência da educação do campo caracteriza-se pela ausência e experiência.

É a ausência de escola, de professor com formação consistente para o trabalho nas escolas localizadas nos assentamentos; ausência de técnico agrícola; ausência de professores. Da ausência, na ação do movimento social, emerge a experiência do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), da Pedagogia da Terra, da educação de Jovens e adultos, da Ciranda Infantil etc. Ausência e experiência desencadeiam uma prática afirmativa da educação do campo. (SOUZA, 2012 p. 59)

Desta forma, para minimizar essa desigualdade o direito a educação no campo deve lançar um olhar além da escola, deve adotar metodologias que possam enriquecer a produção do conhecimento introduzindo novas técnicas, respeitando os vários saberes acumulados ao longo das gerações, proporcionando a melhoria da prática do camponês, e a garantia do direito à terra, ao trabalho, à justiça social “para a educação do campo, o campo denominado de espaço rural, deve ser considerado como espaço de vida e de trabalho, constituindo-se, assim, em territórios de aprendizagem” (SILVA, 2012, p 15).

Nas últimas três décadas os Movimentos Sociais do campo, tem lutado para ocorrer mudanças no contexto educacional rural do Brasil com novas propostas pedagógicas para a escola do campo. Que, é entendida como “aquela situada em área rural, conforme definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo” (BRASIL, 2010).

Para Caldart, (2012, p.257) a educação do campo, trata-se de um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Molina et al, (2010, p.11) registram a preocupação em:

Não se estigmatizar diferentes referenciais teóricos, considerando que a pluralidade analítica pode enriquecer a produção do conhecimento e, conseqüentemente, as práticas educativas em desenvolvimento junto com povos do campo na conjuntura atual.

Atendendo as necessidades dos alunos do campo que em geral é provocada pela limitação geográfica, a distância das escolas que obriga o aluno andar a pé por quilômetros. Além da falta de acessibilidade, pois, muitos locais se tornam inacessíveis, sobretudo, em períodos chuvosos fazendo com que dificulte a permanência do aluno na escola. Fator que é agravado pela pouca perspectiva econômica dos pais, que comumente colocam os filhos logo

na primeira infância para participar da labuta. Seja para ajudar o pai, pequeno produtor, ou para realizar atividades para o patrão, nos casos dos camponeses trabalhadores nas fazendas.

A educação do campo se identifica pelos seus sujeitos: [...] a perspectiva da educação do campo é exatamente, educar as pessoas que trabalham no campo, para que se encontrem se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino. (CALDART, 2004, p.13).

O projeto institucional das escolas do campo, considerando o estabelecido no art. 14 da LDBEN, garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos dos sistemas de ensino e os demais setores da sociedade. (BRASIL, 2002 art. 10º)

A modalidade de ensino deve ser planejada levando em consideração a vivência dos alunos, considerando seu conhecimento prévio, promovendo uma reflexão a cerca do cotidiano possibilitando uma aprendizagem construtivista.

Não dá para ter no campo uma escola que pensa e (de) forma a partir dos ideais identitários das cidades. Fortalecer a identidade dos sujeitos do campo é um dos papéis centrais da escola. Essa identidade tem relação com o projeto de desenvolvimento defendido e com a clareza política e prática cultural dos sujeitos. Não se trata de diferenciar campo e cidade, mas de situá-los desde a história e projeto de vida dos sujeitos, da dinâmica da região, e do funcionamento do país e do mundo. É importante frisar que a educação do campo não propõe um fechamento, ao contrário, quer abrir ao mundo, ao novo, a formação dos sujeitos do campo. (SILVA et al, 2012, p.16)

Apenas a modalidade de ensino deve respeitar as características, sócio - ambientais das comunidades e articular-se para um atendimento de maneira diferenciado, porém, não diferente nos resultados da educação promovida na escola urbana, que também tem suas particularidades que necessitam ser adequadas.

Para Reis (2004), a escola tem que refletir o meio em que está inserida, a cultura do povo que está à sua volta, os costumes, as tradições, e a possibilidade de extrapolar ou redimensionar os saberes e conhecimentos, buscando formar sujeitos que se preocupem com a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento da sua comunidade. “A vida familiar, a vida do trabalho e a vida da escola se imbricam numa teia de conhecimento que, para ser significativa, tem de partir do cotidiano das crianças e de suas comunidades” (SILVA, 2012, P. 16).

Para ocorrer essa prática de maneira harmoniosa, e a aprendizagem ser significativa é necessário ocorrer um intenso planejamento das ações. Segundo Freire, (1996, p.43) “a

prática não planejada produz um saber ingênuo, um saber de experiência [...] na qual falta rigorosidade metódica que caracteriza a curiosidade epistemológica do sujeito.”

È nessa perspectiva de ensino que se procura conhecer a realidade da educação do campo suas características e particularidades na forma de se planejarem para o atendimento escolar.

1.1 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DE TURMAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A marca comum destas experiências é a diversidade. Diversidade de estruturas físicas, diversidade de grau de formação docente, diversidade na distribuição das salas e faixa etária dos alunos (SILVA, et al, 2012, p.11). Nesse contexto, a política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, propiciando o nível de eficiência que é apresentado nas escolas localizadas no perímetro urbano; assegurando ao morador do campo o cumprimento do Art. 5º da Constituição Federal vigente, que declara: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988 p.5).

Dependendo das particularidades da comunidade onde a escola esteja inserida a organização das turmas da escola do campo pode ser: multisseriada, nucleadas ou Itinerantes, em regime ciclado ou seriado.

1.1.1 Turma multisseriada

Esse tipo de organização consiste no agrupamento dos estudantes com diferentes idades e etapas de escolarização para atender as normas dos sistemas de ensino. Formadas geralmente, em locais onde há poucos estudantes de cada série. Possibilitando a permanência dos educandos na própria comunidade.

1.1.2 Escolas nucleadas

Refere-se às unidades educativas que reúnem estudantes de diferentes comunidades rurais. Podendo formar turmas seriadas ou cicladas. Essa alternativa, evita a formação de turmas multisseriadas. No entanto, depende de um amplo e adequado sistema de transporte escolar que nem sempre ocorre na prática da realidade Brasileira. Nessas escolas o agrupamento dos estudantes por faixa etária é facilitado devido o aumento no número de alunos, diminuindo significativamente a diferença no cotidiano escolar das escolas urbanas e rurais.

1.1.3 Escolas Itinerantes

As escolas Itinerantes são espaços particulares a comunidade, que por força das condições de trabalho ou por princípio de vida deslocam-se de um espaço geográfico a outro. Por exemplo, os assentamentos. Esses espaços escolares têm uma característica particular, educar quase exclusivamente os filhos de famílias agricultoras, pois, os assentamentos geralmente são fruto da luta organizada pelos movimentos sociais do campo. “Essas experiências vêm garantindo não apenas a manutenção de continuidade de estudos em situações de mobilidade da família, como também a progressão, pela adoção do regime ciclado” (SILVA, 2012, p.14)

A organização da turma pode ter característica de oferecer a educação em ciclos ou seriada. “Nos agrupamentos de referência, os educandos são reunidos considerando sua temporalidade (idade, prioritariamente) e, também, sua aprendizagem. A educação básica se constitui de 5 ciclos: educação infantil (2 anos), 3 ciclos no ensino fundamental (3 anos cada); e ensino médio (3 anos)”. (BAHNIUK & CAMINI, 2012, p.335).

As escolas em regime ciclado agrupam as crianças por idade ou conhecimentos, mantendo-as no mesmo grupo durante intervalos de anos letivos. De acordo com Ferreira e Leal, (2006) apud Silva, (2012, p.12) defendem tal princípio, para os autores o regime ciclado:

Possibilita a elaboração de uma estrutura curricular que favorece a continuidade, a interdisciplinaridade e a participação; colabora para a negação de uma lógica excludente e competitiva (quem vai chegar primeiro? A fim de permitir a lógica da inclusão e da solidariedade (partilha de saberes e de pensares); permite negar a perspectiva conteudista de “quanto já se sabe sobre” em favor da perspectiva multicultural da diversidade de saberes, prática e valores construídos pelo grupo; promove a negação da busca de homogeneização e a afirmação de uma prática de reconhecimento da heterogeneidade e da diversidade cultural e de percursos individuais de vida.

As escolas com turmas seriadas o agrupamento dos estudantes se dá de forma a manter em uma mesma turma crianças de uma mesma etapa escolar de matrícula. Essa forma de

agrupamento facilita o planejamento por identificar o conhecimento do nível de conhecimento e habilidades a serem atingidos. O currículo deve difundir os valores fundamentais do interesse social, dos direitos e deveres dos cidadãos, do respeito ao bem comum e à ordem democrática, considerando as condições de escolaridade dos estudantes em cada estabelecimento, a orientação para o trabalho, a promoção de práticas educativas formais e não-formais. (BRASIL, 2010, art. 13 § 1º)

Proporcionando o desenvolvimento intelectual e econômico dos mesmos, pois, os profissionais com formação nas áreas que tem atuação no campo certamente retornarão às origens para praticar o que foi visto na academia

CAPÍTULO II- A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ÂMBITO NACIONAL E NO ESTADO DA PARAÍBA

Apesar dos inúmeros avanços na Legislação Brasileira para a garantia de igualdade de direitos para os camponeses a realidade social ainda necessita ser melhorada. Leis trabalhistas que em muitos casos fecham os olhos para o trabalho infantil camponês, possibilitando que crianças realizem trabalhos desumanos muitas vezes em olarias, casas de farinha, vaqueiros entre outras atividades manuseando enxadas, foices etc. tornando, assim, pouca a perspectiva para a educação.

O desenvolvimento natural de uma sociedade é fruto das lutas e reivindicações de cada momento histórico. Para Molina et al, (2010 p.9) “a ciência é expressão do movimento do real, é fruto da produção histórica dos homens e, além disso, é condição fundamental para a produção da vida na atualidade”.

No Brasil, registros históricos mostram a luta dos Movimentos Sociais do Campo pela garantia do direito a educação do campo com as mesmas condições da que é oferecida na área urbana, buscando minimizar os problemas enfrentados por essa classe que se encontra a margem da sociedade, tratada de maneira excludente.

A ação política do movimento da Educação do Campo pode ser vista como uma posição conflituosa dentro do Estado, pois visa conduzir a uma meta específica que é universalizar o direito à educação (não só para o campo) e definir uma política específica que forneça elementos para uma nova epistemologia, para que todos caibam na educação superior (universalização) (MOLINA et al., 2010 p. 10)

A luta por um atendimento educativo de qualidade para a população do campo tem apresentado importantes avanços no arcabouço legal para regulamentar essa modalidade de ensino.

Marco histórico mostra que a luta pela educação do Campo não é recente é resultado de diversos movimentos sociais, que buscam a garantia do direito à educação. Tal direito é assegurado com a criação de políticas públicas que contemplam a Educação do campo. Essa necessidade é justificada, pois, existe grande disparidade entre os índices de escolarização da população urbana e rural. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (PNAD) 2007, *apud* Molina et al, (2009, p.5) “ O nível de instrução da população adulta jovem, é desigual, enquanto 52,5% da população urbana na faixa etária de 25 a 34 anos, tem instrução completa de nível médio ou superior, no meio rural essa condição só existe para 17% da população”.

A mobilização para mudar essa realidade culminou com a aprovação de diversas Leis a nível nacional. De acordo com Fernandes, (2005 p. 2) “a Educação do Campo nasceu das demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária”. Este é um fato extremamente relevante na compreensão da história da Educação do Campo.

2.1 A REALIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM ÂMBITO NACIONAL

No Brasil, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 4024, de 1961, no Título III, art. 32, *apud* Ferreira e Brandão, 2011 previa que:

Os proprietários rurais que não puderem manter escolas primárias para as crianças residentes em suas glebas deverão facilitar-lhes a frequência às escolas mais próximas, ou propiciar a instalação e funcionamento de escolas públicas em suas propriedades (BRASIL, 1961).

Assim, percebe-se que a realidade da educação das comunidades rurais já é bastante discutida. A continuidade das políticas fica evidenciada com a promulgação do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, regulando os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais.

“O Estatuto teve como objetivo promover e executar as políticas agrícolas e a reforma agrária ao modo do Estado militar recém instalado, impedindo mudanças sociais e políticas no Brasil” (FERREIRA & BRANDÃO, 2011 p.8).

De acordo com Sandroni, (1999, p.223) “O Estatuto da Terra estabelece também que o acesso à propriedade rural se fará mediante a distribuição ou redistribuição de terras por interesse social, com o intuito de condicionar o uso da terra a sua função social e obrigar a sua exploração racional [...]”.

Até os anos 80 os avanços na política de educação do campo foram poucos, a partir dai os trabalhadores rurais começaram a se mobilizar frente a formação de latifúndios, criando assim o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Nos anos 1980, com a ampliação do número de ocupações e assentamentos organizados no MST, as questões educacionais dos camponeses e trabalhadores rurais ficaram mais visíveis desencadeando lutas em defesa da educação dos camponeses.

A partir da criação do Setor de Educação (1987), responsável pela organização e sistematização de propostas e práticas pedagógicas nas escolas localizadas nos

assentamentos da reforma agrária e nos acampamentos, o MST passou por um processo de fortalecimento e demanda e proposições de ações ligadas à política educacional. (SOUZA, 2012 p. 58)

Foi a partir dos anos 1990 que foram registrados avanços significativos nas definições políticas da Educação do campo. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) proporcionou alguns ganhos. Foram abertos precedentes legais, jurídicos e políticos para a possibilidade da implantação de uma educação que respeitasse a identidade do homem e da mulher do campo. A sociedade organizada e os movimentos sociais do campo vêm se mobilizando na luta pela garantia do direito à educação, reivindicando políticas que contemplem a Educação do Campo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9394/96, representou importantes conquistas voltadas às políticas educacionais para o campo, a LDB orienta:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996. ART. 28)

O parecer nº 36/2001 estabelece Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e oferece subsídios para o desenvolvimento de propostas pedagógicas que contemplem a diversidade existente. Determina:

O Poder Público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos. Independente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico. (BRASIL, 2001, art. 3º)

Resultado da luta dos Movimentos Sociais, dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, da SEF/MEC, do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação - CONSED, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação -UNDIME, das Universidades e instituições de pesquisa, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, das ONG's e dos demais setores que, engajados em projetos direcionados para o desenvolvimento socialmente justo no espaço diverso e multicultural do campo, confirmam a pertinência e apresentam contribuições para a formulação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. O Ministério de Educação e Cultura (MEC), a

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) propõem o Conselho Nacional de Educação (CNE) através da Câmara de Educação Básica (CEB) aprova a Resolução CNE/CEB nº. 1 de 3/04/2002, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, e organiza a promoção de diversos seminários em todos os estados da federação para discutir a implementação das referidas diretrizes

No entanto a educação do campo limitava-se apenas as séries iniciais fazendo com que os anos de estudo dessa população fossem reduzidos. Assim em 2010 o decreto nº 7.352 Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. De acordo com o referido decreto

A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação. (BRASIL, 2010, art. 1º)

Visando encerrar com o tratamento desigual quando comparada a urbana com que sempre foi tratada a escola do campo. O Inciso 4º do Parecer nº 7.352/2010 determina que:

A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo.

Após inúmeros Seminários Estaduais de Educação do campo promovidos pela Secretaria de Educação Continuada (SECAD/ MEC) com apoio das Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, movimentos sociais do campo e universidades registram-se avanços nas definições políticas da Educação do Campo, tanto legais, quanto nas práticas pedagógicas em diferentes níveis e espaços formativos.

Como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo, (CNE/CEB 1/2002); Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica no Campo (CNE/CEB/ 2008) e o decreto 7.352/ 2010 que dispõe sobre a política de Educação do Campo e sobre o PRONERA, Projovem Campo, Saberes da Terra e o PRONACAMPO.

Muitos foram os movimentos, os caminhos e as experiências vividas para a construção de uma política pública de educação do campo. Sobretudo, o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Munarim, (2011, p, 22) *apud* Santos, (2013,

p, 35) “considera que essa realidade se constitui num movimento Nacional por uma Educação do Campo”.

[...] Um movimento social que se caracteriza por ações regulares coordenadas por políticas públicas por parte dos sujeitos sócios coletivos que compõem tal movimento; sua dimensão pedagógica, com projetos políticos pedagógicos inovadores em instituições tradicionais, que vão desde escolas regulares de educação básica até universidades, passando pela educação de jovens e adultos [...]

O MSTTR membro atuante do Fórum Nacional de Educação do Campo é constituído pela Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), juntamente com suas 27 federações estaduais de trabalhadores e trabalhadoras na agricultura (FETAG) e sindicatos (STTRs). O MSTTR realiza ações em prol dos direitos previdenciários e trabalhistas dos assalariados rurais e por uma política diferenciada para a agricultura familiar, por acesso universal à saúde, previdência e assistência social (SANTOS, 2013 p.36). A criação do Estatuto do trabalhador Rural e do Estatuto da Terra (Lei 4.504/ 64, a luta pela reforma agrária, e mobilizações durante a elaboração da Constituição Federal de 1988 que proporcionaram melhorias significativas no cotidiano dos trabalhadores do campo representam significados importantes para a melhoria da qualidade de vida para os moradores em área rural.

No que se refere a educação o MSTTR luta por uma educação que considere o campo em todas as suas dimensões, sobretudo, espaço de vida e de produção do conhecimento com a atuação de outros parceiros, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o Ministério da Educação e Cultura (MEC), Universidades, prefeituras e movimentos sociais, especialmente, os que atuam na elaboração e implementação de políticas públicas para educação de qualidade.

2.2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DA PARAÍBA

Como o que se verifica em âmbito nacional, na Paraíba o avanço na qualidade da educação do campo é resultado da luta dos Movimentos Sociais e a participação da sociedade. O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SEE), realizou o I Seminário Estadual de Educação do Campo em 2005 na cidade de Lagoa Seca. Uma iniciativa da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) em parceria com a Secretaria de Estado de Educação da Paraíba. O evento teve como objetivos a sensibilização dos gestores públicos para a implementação das Diretrizes Operacionais para a

Educação Básica nas escolas do Campo (Resolução nº 1/ CNE/CEB/2002.) mapear as demandas específicas do Estado e dos municípios e a formatação de um banco de dados com experiências locais desenvolvidas pelo Governo Estadual, Governos municipais, Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais.

De acordo com a matéria divulgada na página da Secretaria de Educação da Paraíba Em 2013, os Seminários Regionais de Educação no Campo (Serec/PB). Ocorreram nas sedes das 14 Gerências Regionais de Educação com o objetivo de discutir as legislações e práticas pedagógicas da educação no campo, visando o fortalecimento das ações educativas voltadas para este público.

De acordo com a gerente Operacional de Integração Escola Comunidade (Goiesc/SEE), Hygia Margareth, o processo de construção dos seminários surgiu do Encontro Estadual de Educação no Campo, realizado em 2012. “Deste encontro foram constituídas comissões organizadoras com representações da Secretaria da Educação, do Comitê Estadual de Educação no Campo e secretarias municipais de Educação.

Dentre os temas discutidos nos seminários estão: “O Campesinato Brasileiro: enfoque nas lutas por direitos no campo e a luta por educação no campo”, “Concepção, Desafios e Perspectivas”, “A Realidade da Educação do campo e nas escolas do Município e do Estado e as experiências dos movimentos sociais do campo”, a “Socialização das práticas pedagógicas e debate”. Ao final de cada seminário foi elaborado um documento com as demandas de cada região, para ser transformado no documento da Paraíba, que servirá como subsídio para o Plano Estadual e Municipal de Educação.

Como resultado desses debates ao longo dos anos verifica-se uma organização melhor na oferta da educação do campo no estado e a implantação de importantes programas como: O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); Programa Saberes da Terra, Projovem Campo- Saberes da Terra , além de inúmeras iniciativas desenvolvidas em parcerias com universidades, Comissão pastoral da Terra (CPT) Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), entre outras experiências localizadas em municípios que representam o desenvolvimento da população rural do estado da Paraíba.

O estado possui a oferta de cursos voltados à melhoria da população do campo. A saber: curso de Magistério em Educação do Campo (Curso Normal de Nível Médio na UFPB nos campi de Bananeiras e João Pessoa; curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, História e Pedagogia do Campo (UFPB) curso de Medicina Veterinária (UFCG campus Patos); o curso de Licenciatura em Educação do Campo (UFCG campus Sumé); curso de Especialização em Residência Agrária (UFPB campus Bananeiras) e em Educação

Profissional, vários cursos Técnicos de Nível médio (Agropecuária, agricultura e agroindústria, zootecnia e agroecologia).

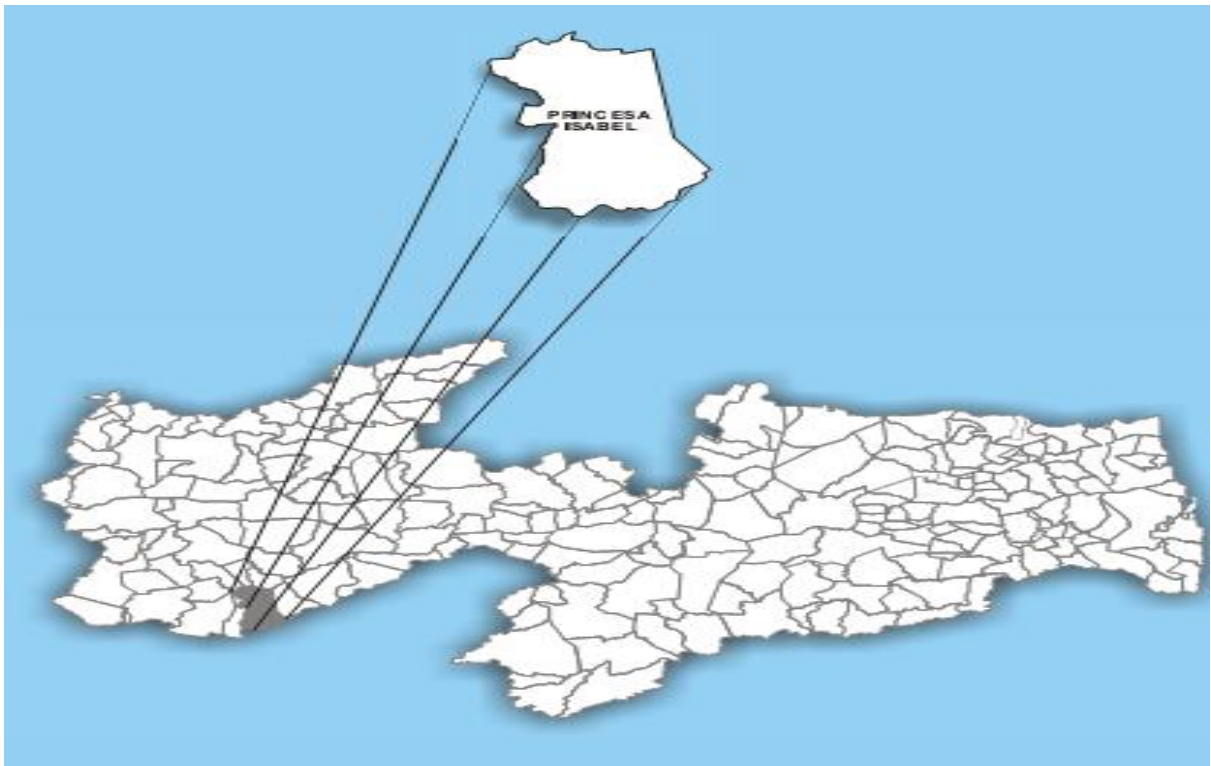
CAPÍTULO III- RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente capítulo apresentaremos o resultado da pesquisa de campo que objetivou conhecer sobre a realidade da educação no município de Princesa Isabel, sobretudo, a educação no campo.

3.1 A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PRINCESA ISABEL

O município de Princesa Isabel está incluído na área geográfica de abrangência do semi-árido brasileiro no estado da Paraíba situado na mesorregião do Sertão Paraibano, Microrregião da Serra do Teixeira, (ilustração 1)

Ilustração 1- Mapa de localização do município de Princesa Isabel no estado da Paraíba



Fonte: Fonte: **MASCARENHAS et AL.,** 2005.

Analisando a imagem de satélite do Google Earth 4, o referido município possui as seguintes coordenadas geográficas 7°44'16.53" de Latitude Sul e 37°59'35.52" à Oeste de Greenwich Distante 396 km da capital do estado João Pessoa. Limita-se ao norte com Pedra

Branca, Nova Olinda e Boa Ventura, (PB) a leste com Tavares, a oeste com São José de Princesa e Manaíra, ao sul (PE) com Triunfo, Flores e Quixaba. (IBGE CIDADES, 2014).

Com uma população de 21.283 habitantes (conforme dados do IBGE censo 2010) distribuídos em uma área de 368,067 km². Localizada a uma altitude de 683 m acima do nível do mar, a atividade econômica predominante no município é a agropecuária familiar, a agricultura do município destaca-se em pequenas áreas, pelo cultivo de produtos como: feijão, milho e mandioca. Ainda conforme dados do IBGE, censo 2010, o município de Princesa Isabel cultivou 300 hectares de mandioca e obteve um rendimento médio de 6.000 kg por hectare. De acordo com Alves et al, (2012, p. 1124)

Desta produção, a maior parte acontece na comunidade de Lagoa de São João, que tem o cultivo da mandioca como parte de sua cultura. Com uma altitude de 700 metros (acima do nível do mar) e uma precipitação que oscila entre 800 a 1500 mm/ano, a comunidade é líder regional na produção de mandioca e de seus derivados, pois se trata de uma vegetação resistente ao déficit hídrico.

A educação no município atende todas as modalidades de ensino nas esferas: Federal, Estadual e Municipal. Conforme dados obtidos no censo escolar 2013.

Ilustração 2- Quadro do censo escolar do município de Princesa Isabel, 2013

Município	Dependência	Matrícula Inicial								
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental I	Médio	Fundamental
PRINCESA ISABEL	Estadual	0	0	586	646	655	0	826	114	0
	Federal	0	0	0	0	138	128	0	0	0
	Municipal	157	487	697	652	0	0	159	0	0
	Privada	0	29	60	23	0	0	0	0	0
	Total	157	516	1343	1321	793	128			

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2013.

Esse número é referente tanto as matrículas no perímetro urbano como do campo. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação de Princesa Isabel um total de 120 unidades escolares estão localizadas no campo. Atendendo 593 alunos do ensino infantil, fundamental I, II. O corpo docente é formado por 54 professores com formação específica para ministrar as disciplinas. (dados da Secretaria municipal de educação)

3.1.1 Campo para a pesquisa

A pesquisa de campo aconteceu na comunidade rural de Lagoa de São João. A referida comunidade localizada na zona rural do município de Princesa Isabel, tem uma população de 490 habitantes distribuídos entre 147 famílias. (dados do Programa de Agentes Comunitários de Saúde- PACS, 2014). Conforme dados do projeto “Mandiocultura na Serra do Teixeira. *Apud* Alves et al, (2012, p. 1125)

A área cultivada com mandioca e macaxeira na referida comunidade varia de 0,5 a 5 hectares. Tal cultivo é utilizado com fins para a produção de farinha e seus derivados, sendo comercializados nos municípios circunvizinhos, tanto da Paraíba como de Pernambuco. Essa cultura apresenta uma importância econômica considerável para a comunidade, na medida em que gera renda tanto para os produtores, como também para os trabalhadores que auxiliam na lavoura e na própria casa de farinha.

O potencial agrícola a região é produtor de atração turística com a realização anual da Festa da mandioca. De acordo com Alves, et al, (2012, p.1126) O evento inclui em sua programação, as seguintes atividades: celebração eucarística na Capela de São João Batista Lagoa de São João / Princesa Isabel - PB (abertura); apresentação de grupos folclóricos; shows musicais; escolha da princesa e rainha da festa; concurso de arte culinária; e exposição de produtos, a partir da mandioca e da macaxeira. A cada ano estas atrações se repetem com inovação, difundindo a cultura local e prestigiando todos os sertanejos que acreditam no desenvolvimento local e que fazem do elemento ‘terra’, um instrumento fundamental para a sobrevivência humana. Em 2010 a festa foi incluída no calendário Turístico do Estado pelo projeto de autoria do Deputado Expedito Pereira.

3.1.2 Caracterização da escola do campo, Acadêmico José Severiano Diniz na comunidade rural de Lagoa de São João

A educação na comunidade rural de Lagoa de São João acontece sob a coordenação da rede municipal. A escola, Acadêmico José Severiano Diniz, foi fundada no ano de 1969. Para atender a população da comunidade rural. Até 2013 a escola oferecia atendimento ensino fundamental II na modalidade regular e de educação de jovens e adultos (EJA). A partir de 2013 por reivindicação da comunidade local foi introduzido o atendimento no ensino infantil e fundamental I. O quadro da escola é formado por 6 professores com qualificação superior, 4 funcionários de apoio e 1 vigia.

De acordo com dados fornecidos pela secretaria da escola em 2014 o corpo discente da escola é formado por 125 alunos conforme quadro descritivo:

Ilustração 3- Quadro demonstrativo do corpo discente da Escola Municipal Acadêmico José Severiano Diniz

CORPO DISCENTE DA ESCOLA ACADÊMICO JOSÉ SEVERIANO DINIZ / 2014					
ENSINO INFANTIL		ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR		EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS- EJA	
Turma	Nº de alunos	Turma	Nº de alunos	1º CICLO	2º CICLO
PRÉ I	3	7º ANO	10	50 alunos	24 alunos
PRÉ II	8	8º ANO	14		
1º ANO	6	9º ANO	10		

FONTE: Secretaria municipal de educação do município

A escola recebe alunos da própria comunidade como também outros oriundos das comunidades da Macambira de Lagoa de São João e Cedro. O ônibus da prefeitura faz o transporte desses alunos. A organização das turmas na referida escola é 1 turma multisseriada com alunos do ensino infantil e 1º ano. As demais turmas são seriadas.

O índice de evasão e reprovação na escola é baixo em 2013 houve registro de apenas 1 aluno evadido e 2 reprovados

As atividades pedagógicas na referida escola são bem desenvolvidas, a mesma tem o Projeto Pedagógico atualizado e nele consta registrado atividades a serem desenvolvidas ao longo do ano que mostra a prática pedagógica envolvida no cotidiano dos alunos e na valorização da cultura local. Todos os anos antecedendo a realização da Festa da Mandioca “que é uma tradição na cultura local” a escola vivencia o projeto: Viajando pelas raízes do conhecimento “O roçado se transforma em sala de aula”. (Conforme anexo 2)

Na ocasião, os alunos das escolas da zona urbana e rural do município, conheceram as técnicas para o cultivo da mandioca e vivenciaram no roçado, atividades práticas interdisciplinares que foram trabalhadas de forma lúdica. Além disso, receberam orientações específicas sobre a mandiocultura e assistiram a uma peça teatral envolvendo a “lenda da mandioca”. O processo educacional foi acrescido de ensinamentos técnicos sobre calagem, uso da maniveira, preparo de solo e plantio de mandioca. Estes ensinamentos foram direcionados por Francisco Ângelo, consultor do SEBRAE – Patos / PB. Outras atividades foram desenvolvidas, a exemplo do preparo da maniva - semente (pelo técnico da EMATER Ronaldo de Melo Freitas) e da amostragem prática envolvendo os passos e os materiais utilizados na formação de compostagem, bem como, reflexões sobre os benefícios desta atividade agrícola (por Rosinalva graduanda do curso de Gestão Ambiental do IFPB campus Princesa Isabel). (ALVES et al, 2012, p.1127)

Atividades como ocorridas em 2012 se repetem a cada ano na comunidade escolar que de maneira lúdica e com a experiência da vivência dos educandos se configuram como importante recurso metodológico

Assim, a educação passa a ser pensada como um espaço privilegiado para contribuir com o desenvolvimento sustentável, concebendo-o como o que é capaz de atender às necessidades e à melhoria das condições de vida do povo, através do uso racional e responsável dos recursos naturais disponíveis. (PARAÍBA, p.88)

A partir da vivência dos alunos na atividade agrícola todos os assuntos são tratados de maneira interdisciplinar. Mantendo viva a cultura da mandiocultura que já é perpassada de várias gerações na comunidade.

A realidade da infraestrutura física da escola do campo está aos pouco mudando, a cultura adotada de instalar salas em locais improvisados já mudou bastante. Na comunidade de Lagoa de São João verifica-se que prédio da escola, (conforme ANEXO 3) foi construído para atender as necessidades básicas dos educandos e educadores, as salas são confortáveis, com ventilação e iluminação natural, banheiro, água encanada de cisterna, o mobiliário adequado e um laboratório de informática. No entanto, devido à falta de um técnico no momento da visita ele não estava funcionando.

Percebe-se que a escola funciona com os mesmos recursos das escolas da rede municipal no perímetro urbano. De acordo com declaração da diretora da escola a maior dificuldade que a comunidade escolar tem no seu cotidiano se dá devido à irregularidade na documentação da escola. Que mesmo a mesma sendo registrada não é contemplada com o Programa Dinheiro Direta na Escola (PDDE). Ficando, assim, dependendo de investimentos exclusivos da Secretaria municipal de Educação

CONCLUSÃO

A partir do exposto percebe-se que a luta em prol da qualidade da educação do campo, é resultado da articulação de Políticas Públicas a nível Federal, Estadual, Municipal e da sociedade organizada.

Os movimentos sociais se organizam e reivindicam melhorias que são alcançadas com o avanço da Política de Educação do Campo que oferece as diretrizes para uma organização escolar diferenciada que atenda as necessidades inerentes as peculiaridades regionais, porém, que seja capaz de promover a mesma qualidade da educação oferecida no perímetro urbano.

Essa luta é motivada pelas inúmeras situações de discriminação sofrida por essa parcela da sociedade que sempre teve uma escolarização prejudica pela falta de uma organização escolar que atenda suas necessidades.

Na Paraíba a realização de seminários que apontam as prioridades e a realidade local tem influenciado para a implementação das Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo. Também se registram avanços no ensino superior nas áreas afins da comunidade rural proporcionando melhoria no desenvolvimento intelectual e econômico.

No município de Princesa Isabel é oferecida todas as modalidades de ensino, a educação do campo ocorre por meio de escolas nucleadas que contam com a prestação do transporte escolar.

A escola Acadêmico José Severiano Diniz localizada na comunidade de Lagoa de São João possui uma metodologia de acordo com as diretrizes para a educação do campo, desenvolve atividades que valorizam a cultura local e a atividade econômica com uma proposta pedagógica planejada de acordo com o cotidiano local. A escola em parceria com a Secretaria de Educação municipal e outras instituições promove atividades que despertam para a prática da agricultura sustentável.

Percebe-se que a realidade da educação do campo aos pouco começa a oferecer melhoras, sobretudo, no que tange a infraestrutura física das escolas e a qualificação profissional dos professores. Porém, devido a pouca demanda de alunos ainda existem muitos casos de turmas multisseriadas que mesmo sendo organizadas por ciclos exigem uma articulação maior dos professores para atender as expectativas de uma turma muito heterogênea.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Daiana Ferreira da Silva et al. **A FESTA DA MANDIOCA, COMO ATRAÇÃO TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE PRINCESA**. In Comunidades, Natureza e Cultura no Turismo [recurso eletrônico] Giovanni Seabra (Organizador): Editora Universitária da UFPB. João Pessoa, 2012.

BAHNIUK, Caroline; CAMINI, Isabela. **Escola Itinerante**. In: Caldart, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da educação do campo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 1988.

_____. Ministério da Educação. **CADERNOS SECAD. Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília, Fevereiro de 2007

_____. DECRETO Nº 7.352 de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil> >. Acesso em: 25 nov. 2013.

_____. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf>.

_____. Resolução nº 1/ 2002. **Do Conselho Nacional de Educação, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo**.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; et al **Dicionário da Educação do Campo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, Rio de Janeiro, São Paulo, 2012**

CAMARANO, Ana Amélia; BELTRÃO, Kaizô Iwakami. **Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br> >. Acesso em: 12 mar.2012.

FERREIRA, Fabiano de Jesus ; BRANDÃO, Elias Canuto. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM OLHAR HISTÓRICO, UMA REALIDADE CONCRETA. In Revista Eletrônica de Educação.** Ano V. Nº. 09, jul./dez. 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **OS CAMPOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: ESPAÇO E TERRITÓRIO COMO CATEGORIAS ESSENCIAIS.** I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, que aconteceu em Brasília: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2005

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. 5 reimpressão: atlas, São Paulo, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php> >. Acesso em: 18 abr. 2012.

MASCARENHAS, João de Castro et al. **PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR ÁGUA SUBTERRÂNEA ESTADO DA PARAÍBA- DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE PRINCESA ISABEL-** Recife: CPRM/PRODEEM, 2005

MOLINA, Mônica Castagna et al. **Educação do Campo e Pesquisa II:** questões para reflexão : MDA/MEC, Brasília 2010.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **Terra, Trabalho e Escola:** a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN. João Pessoa, 2010.

PARAÍBA. **PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.** Documento Elaborado pelo Conselho Estadual de Educação. Disponível em: www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pee/pee_pb.pdf

REIS, Edmerson dos Santos , **Educação do Campo e Desenvolvimento Rural Sustentável – Avaliação de uma prática educativa.** Bahia: Gráfica e Editora Franciscana, 2004.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia,** São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Ellen Vieira. Movimento Sindical e prática educativa. In: **Presença pedagógica revista bimestral.** Mai/jun 2013. V.19/ nº111

SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO- Secretaria de Educação Disponível em: <http://www.paraiba.pb.gov.br/78879/seminario-regional-de-educacao-no-campo-acontece-em-monteiro.html>

SILVA, José Nunes da. et al. Diferentes realidades, diferentes modos de organização: o planejamento escolar. In: **Brasil. Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: planejamento do ensino na perspectiva da diversidade: educação do campo: unidade 02: MEC, SEB, Brasília, 2012

SOARES, Edla, ALBUQUERQUE, Mabel Black et al. **Educação do Campo**: a escola do campo e a cultura do trabalho no mundo da infância e da adolescência em Pernambuco: UFPE, Recife, 2009.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. In: **Concepção e Fundamentos da Educação do campo**. Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares: SEE/PB- UEPB, Campina Grande, 2012.

ANEXO 1:

CARTA DE COMPROMISSO
SEMINÁRIO REGIONAL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO
PRINCESA ISABEL-PB
04 DE OUTUBRO DE 2013

Nós professores, professoras, gestores e coordenadores pedagógicos das escolas estaduais e municipais do campo dos municípios de Princesa Isabel, Tavares, Juru, Água Branca, Imaculada, Manaíra, representantes da CPT, RESAB, Memorial das Ligas Camponesas, IFPB, UFPB, EMATER, Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores da Lagoa de São João, comunidades Quilombolas Domingos Ferreira e Fonseca, Secretarias Estadual e Municipais de Educação, Secretaria Municipal de Cultura de Princesa Isabel, Orçamento Democrático, ONG ACEV SOCIAL, secretarias de Ação Social de Princesa Isabel e de Imaculada, a 11ª Gerência Regional de Educação, GOIESC, Comitê Estadual de Educação do Campo, estivemos reunidos nos dias 03 e 04 de outubro de 2013 no Seminário Regional do Campo realizado na Escola estadual de Educação Básica Nossa Senhora do Bom Conselho- Princesa Isabel, para debater a realidade do campo brasileiro e as políticas de Educação do Campo.

Considerando nossa reflexão sobre a realidade da Educação do Campo nas escolas dos Municípios e do Estado e as experiências dos Movimentos sociais, a partir da análise de dois projetos de sociedade: um projeto capitalista que privilegia as elites e o agronegócio e outro a agricultura familiar camponesa, a agroecologia, as lutas por direitos e justiça no campo e por políticas públicas de Educação do Campo que respeitem e valorizem a realidade do campo e a cultura camponesa na sua diversidade.

Apresentamos os seguintes encaminhamentos:

1. Melhorar a infraestrutura das escolas nos seguintes aspectos: construções de quadras esportivas e bibliotecas, ampliação das escolas e do espaço físico, laboratório de informática devidamente equipado e funcionando, refeitórios e cozinhas equipadas, adequadas ao ambiente escolar, acessibilidade para todas as escola.
2. Padronizar a infraestrutura das escolas do campo, assim como são padronizadas as creches e escolas urbanas;

3. Ampliar o sistema de captação e armazenamento de água nas escolas do campo e o seu devido uso;
4. Garantir saneamento básico adequado para as escolas do campo;
5. Construir área de lazer com espaço físico adequado para desenvolver atividades físicas;
6. Adquirir equipamentos de multimídia e laboratório de informática para as escolas que não foram contempladas;
7. Construir e efetivar projetos políticos- pedagógicos com a participação da comunidade escolar, conselhos escolares e outras entidades, potencializando o desenvolvimento sustentável da comunidade;

ANEXO 2

Fotos 1 e 2- Atividades desenvolvidas no Projeto realizado pela comunidade escolar.



Fonte: acervo da autora

Fotos 3 e 4- Parceria entre a escola e outras Instituições (SEBRAE, EMATER, IFPB) educando para a prática sustentável na agricultura e valorização da cultura local.



Fonte: acervo da autora

ANEXO 3

Foto 1- Vista externa da Escola Municipal Acadêmico José Severiano Diniz



Fonte: arquivo da escola

Foto 2- Vista interna de uma sala de aula Escola Municipal Acadêmico José Severiano Diniz



Fonte: arquivo da escola